

A negociação pelo assentamento de assírios no Brasil nos anos 1930: da esperança à xenofobia¹

Heitor de Andrade Carvalho Loureiro²

56

1. INTRODUÇÃO

No dia 8 de janeiro de 2019, apenas uma semana após Jair Messias Bolsonaro assumir a Presidência da República Federativa do Brasil, o Ministério das Relações Exteriores informou às Nações Unidas que o país sairia do Pacto de Migração, assinado por 120 dos 193 países-membros da ONU. A saída do Brasil já havia sido aventada em dezembro de 2018, durante o período de transição entre o recém-eleito Bolsonaro e o então presidente Michel Temer, quem ordenou a adesão brasileira ao pacto cerca de um mês antes.

A campanha eleitoral de Bolsonaro foi marcada por um discurso anti-establishment com forte críticas ao que foi chamado de *globalismo*, uma leitura dos efeitos políticos da globalização que minariam a autonomia decisória do Estado-nação em pautas estratégicas ante o “poder político transnacional, globalmente ativo e imune aos desejos do povo”, cujos principais arautos seriam George Soros, os Rockefeller, os Rothschilds e, obviamente, a ONU³. Por meio de sua conta no *twitter*, o Ministro de Relações Exteriores do Brasil, Ernesto Araújo, disse que o pacto é “instrumento inadequado para lidar com o problema (migratório)” e defendeu que “imigração não deve ser tratada como questão global, mas sim de acordo com a realidade e a soberania de cada país”⁴. De fato, os argumentos de Araújo estão alinhados com as administrações Trump, Netanyahu e Salvini,

Embora a questão migratória seja tratada como “problema” pelo governo Bolsonaro – ele mesmo descendentes de italianos e alemães – o Brasil está longe de ser um país aberto a imigrantes. Na realidade, há mais brasileiros vivendo no exterior do que

¹ ISTOR: REVISTA DE HISTORIA INTERNACIONAL, n. 79, p. 151-165, 2019. <http://www.istor.cide.edu/istor.html>

² Doutor em História (UNESP). Professor do curso de Relações Internacionais do Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU), São Paulo.

³ Cf. POLLEIT, Thorsten. “A diferença básica entre globalismo e globalização econômica: um é o oposto do outro”. In: *Mises Brasil*. Quarta-feira, 1 março 2017, disponível em <https://www.mises.org.br/Article.aspx?id=2639>, acesso em 01/05/2019.

⁴ “Em comunicado a diplomatas, governo Bolsonaro confirma saída de pacto de migração da ONU”. In: *BBC Brasil*. 8 de janeiro de 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-46802258>, acesso em 01/05/2019.

estrangeiros vivendo no Brasil. Segundo o Relatório Internacional de Migração do Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais da Secretaria das Nações Unidas, de 2017, havia cerca de 1,6 milhão de brasileiros vivendo em outros países, sobretudo nos EUA, Japão e Portugal. Isso sem contar os muitos que vivem no exterior de maneira não documentada⁵.

Entretanto, pelo fato de ter recebido entre 1890 e 1930 cerca de 3,8 milhões de imigrantes oriundos sobretudo da Europa Ocidental, Japão e Oriente Médio⁶ – sem esquecer dos cerca de 4,9 milhões de africanos que desembarcaram em portos brasileiros durante todo o período da escravidão na América Portuguesa⁷ – houve a construção de um discurso do Brasil como pátria de muitos povos, receptivo, aberto, onde reinaria uma “democracia racial” construída por uma alta miscigenação dos povos desde os tempos coloniais⁸. Ainda que muita tinta tenha sido empregada para combater o mito da democracia racial no Brasil que por décadas deu verniz científico ao racismo estrutural no país, todavia permeia o imaginário nacional a ideia de que pessoas de todas as partes do mundo são bem-vindas neste *melting pot* que seria o Brasil. Mas o fato é que a democracia racial brasileira e a amabilidade dos nacionais ante aos estrangeiros nunca corresponderam a dura realidade brasileira, nem hoje – quando brasileiros no estado de Roraima perseguem venezuelanos que atravessam a fronteira em busca de uma vida melhor⁹ – nem no passado.

O presente artigo tem por finalidade analisar a tentativa de assentar assírios no Brasil no estado do Paraná no início dos anos 1930 e a grande oposição nos círculos políticos e intelectuais a essa iniciativa, baseada em argumentos eugênicos que descartavam a necessidade de atrair imigrantes que não fossem brancos, preferencialmente europeus latinos – portugueses, espanhóis e italianos – e germânicos¹⁰. Pessoas vindas do Leste Europeu, Oriente Médio e asiáticos em geral – principalmente japoneses, que nesta altura já não eram mais bem-vindos – estavam, nos anos 1930, na lista de imigrantes “indesejáveis”, pois não ajudariam no

⁵ “Quantos brasileiros vivem fora do país?”; In: *Deutsche Welle*. 22/06/2018. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/quantos-brasileiros-vivem-fora-do-pais/C3%ADs/a-44338466>, acesso em 01/05/2019.

⁶ RICUPERO, Rubens. *A Diplomacia na Construção do Brasil: 1750-2016*. Rio de Janeiro: Versal Editores, 2017, p. 257.

⁷ SCHWARCZ, Lília M. & STARLING, Heloisa M. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, 2ª ed., p. 82.

⁸ Cf. FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal*. Recife: Imprensa Oficial, 1966, 14ª edição.

⁹ “Venezuelanos e brasileiros se confrontam nas ruas de cidade de Roraima” In: *Folha de São Paulo*, 18 de agosto de 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2018/08/refugiados-venezuelanos-sao-agredidos-e-expulsos-de-tendas-em-roraima.shtml>, acesso em 31/05/2019.

¹⁰ BENEVIDES, Cézár Augusto. “O perigo do estranho” in: *Revista Multitemas*. Campo Grande: n. 3, 1997. p. 48

projeto de branqueamento defendido por vários intelectuais brasileiros que pressionaram para a aprovação da Lei de Cotas de 1934 que restringia a entrada e normatizava a distribuição de imigrantes no território brasileiro¹¹.

Para tanto, analisaremos as poucas pesquisas já existentes sobre o tema – cuja mais relevante é, sem dúvida, a de Jeffrey Lesser¹² – com base em textos e artigos publicados na imprensa brasileira à época sobre a recepção ou não dos assírios no Brasil. É notável, conforme destacado pelo próprio Lesser¹³, a falta de pesquisas sobre os imigrantes não-europeus. É como se a historiografia refletisse a preferência dos tomadores de decisão de princípios do século XX na hora de eleger os povos a serem estudados. Enquanto são abundantes os títulos sobre os imigrantes portugueses, espanhóis, italianos e alemães – ou sobre os povos que vivem sob a bandeira nacional destes países, como por exemplo açorianos, galegos, calabreses e pomeranos, respectivamente – apenas no final do século XX apareceram estudos de fôlego sobre japoneses, coreanos, sírios, libaneses, judeus e só muito recentemente lituanos e armênios mereceram atenção da academia.

2. DA DEMOCRACIA RACIAL À EUGENIA – O BRASIL DOS ANOS 1920-1930

Desde o século XIX já se discutia a atração de imigrantes para substituir a mão de obra compulsória de origem africana, que sofria dura pressão por parte da Grã-Bretanha para ser abolida definitivamente no Brasil – o que só viria a acontecer em 1888. Assim, europeus e orientais foram atraídos ao país por fazendeiros que buscavam pessoas para trabalhar nas suas plantações de café no lugar dos já escassos e muito caros africanos. Com a promessa de acesso à terra, muitos imigrantes chegaram ao Brasil na segunda metade do século XIX, mas foram colocados sob um regime semelhante a escravidão por dívidas, ficando presos aos seus patrões até que com o seu trabalho pudessem pagar o investimento feito em viagem, hospedagem, alimentação para que estes chegassem ao Brasil. Em alguns casos, os imigrantes se revoltaram contra a situação a eles imposta, o que causou a proibição de emigração por parte da Prússia

¹¹ GERALDO, Endrica. “A “lei de cotas” de 1934: controle de estrangeiros no Brasil” In: *Cadernos AEL*: publicação do Arquivo Edgard Leuenroth – Centro de Pesquisa e Documentação Social do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, v.15, n.27, 2009.

¹² LESSER, Jeffrey. *A negociação da identidade nacional: imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil*. São Paulo: Unesp, 2001

¹³ *Ibid.*, p. 9.

em 1859¹⁴. As denúncias de trabalhadores europeus submetidos a situação de trabalho similar àquela dos africanos e afrodescendentes escravizados se multiplicariam ao longo dos séculos XIX e XX. Apenas nos anos 1860 o Império do Brasil incentivaria de forma organizada a vinda de imigrantes europeus, não só para suprir a carência de mão de obra, mas como parte de um projeto de branqueamento de uma população brasileira que, a esta altura, era dividida pela metade entre negros ou mestiços escravizados e livres e brancos¹⁵.

Concomitantemente, as ideias eugênicas e de darwinismo social ganhavam espaço nos círculos intelectuais e políticos brasileiros. Figuras como Alberto Torres – um dos pilares do pensamento autoritário e nacionalista do Brasil¹⁶, cuja memória seria louvada por uma “Sociedade de Amigos” criada em sua homenagem – e Silvio Romero tentavam conceber a ideia de um povo brasileiro, cuja miscigenação era fator constante nas discussões. O mito de um povo composto, inicialmente, pela confluência de europeus, indígenas e africanos – conforme destacava Karl Friedrich Von Martius, para quem o português seria o motor dessa mescla¹⁷ – precisou ser atualizado com a chegada de outros povos na virada do século XIX para o XX. Por um lado, os imigrantes alemães e italianos que, em tese, seriam os preferidos para os eugênicos por serem brancos e cristãos, ofereciam o risco de criar “quistos” no interior do Brasil, não se assimilando na sociedade receptora. Por outro lado, os imigrantes asiáticos colocavam em xeque os conceitos de branquitude, pois não se encaixavam nos parâmetros dos “homens de cor” – negros e indígenas – mas tampouco poderiam ser colocados no mesmo grupo dos europeus ocidentais. No caso de chineses e japoneses, a solução foi diferenciá-los com o rótulo de “amarelos”, seguido de um grande debate sobre a aceitação ou não desses no Brasil, pois, ao mesmo tempo em que estavam dispostos à migração e ao trabalho duro, eram pouco assimiláveis e considerados de uma raça inferior¹⁸.

Dos cerca de 400 mil “asiáticos” que entraram no Brasil, que não eram nem brancos, nem pretos¹⁹, os que mais intrigavam a elite brasileira preocupada em construir uma

¹⁴ SCHWARCZ, Lília M. & STARLING, Heloisa M. op. cit., p. 276.

¹⁵ SCHWARCZ, Lília M. & STARLING, Heloisa M. op. cit., p. 276.

¹⁶ Cf. SOUZA, Ricardo Luiz de. “Nacionalismo e autoritarismo em Alberto Torres”. In: *Sociologias*. Porto Alegre, ano 7, nº 13, jan/jun 2005, pp. 302-323.

¹⁷ MARTIUS, Karl Friedrich Phillip Von. “Como se deve escrever a História do Brasil”. In: *Revista de História de América*, No. 42 (Dec., 1956), pp. 433-458.

¹⁸ Cf. TAKEUCHI, Marcia Yumi. *Perigo Amarelo: Imagens do Mito, Realidade do Preconceito (1920-1945)*. São Paulo: Humanitas, 2008.

¹⁹ Lesser, 2001, p. 25.

identidade nacional eram aqueles provenientes do “Oriente Próximo”, dos domínios do Império Otomano na Ásia Menor, Mesopotâmia, Levante e Palestina. Judeus, árabes e armênios confundiam os antropólogos eugenistas brasileiros por seu fenótipo muitas vezes mais semelhante com o brasileiro descendente de português, do que com o estereótipo do oriental retratado tantas vezes na arte e cultura ocidental, tão bem analisado por Edward Said²⁰. No jargão eugênico pseudocientífico brasileiro dos anos 1920-30, eles seriam “‘braquicéfalo sirióides’ e sírio-armenóides’, com ‘tipo físico do árabe [...] semelhante ao do brasileiro, e ‘alguns pouco elementos louros e de olhos azuis’ parecessem representar uma atraente ‘corrente de sangue nórdico’”²¹.

No caso de armênios e da maior parte dos árabes levantinos que emigraram para o Brasil na virada do século XIX para o XX, a situação era ainda mais complexa pois eles eram cristãos, muitas vezes com domínio das línguas europeias, quando não em posse de passaportes franceses, por conta do sistema de capitulações do Império Otomano e pela presença da França no Levante e na Cilícia. À medida que se estabeleciam social e economicamente no Rio de Janeiro e São Paulo, os árabes e os armênios reivindicavam um espaço na constituição da identidade nacional brasileira, ressaltando seu aspecto cristão e, no caso armênio, insistindo na sua branquitude e em ser “uma etnia legítima e heroicamente ocidental”²².

Enquanto isso, o Brasil tentava se posicionar na ordem mundial reorganizada após a Grande Guerra. Tendo sido o único país sul-americano a engajar-se no conflito e com uma política externa muito próxima de Washington, o Brasil teve participação destacada na Conferência de Paz de Paris de 1919 e na Liga das Nações. Nessa última, o governo de Epiácio Pessoa comportava-se como o líder dos países americanos, uma vez que o Congresso dos EUA recusou a ratificação do Tratado de Versalhes e a adesão à Liga idealizada por Woodrow Wilson. Vivendo essa “ilusão de poder”²³ e almejando um assento permanente no Conselho da Liga das Nações, o Brasil vai dar atenção à questão de refugiados e apátridas nos comitês

²⁰ Cf. SAID, Edward W. *Orientalismo: o oriente como invenção do ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

²¹ Alfredo Ellis Júnior apud Lesser, 2001, p. 116.

²² Lesser, 2001, p. 110.

²³ CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da Política Exterior do Brasil*. 4ª ed. Brasília: editora da UnB, 2011, p. 215.

específicos da entidade, bem como propor-se a intervir no conflito entre armênios e turcos em 1920²⁴.

Contudo, a retórica humanitária e desinteressada na política exterior não se refletia internamente. Findado o governo Epitácio Pessoa (1919-1922) e a “ilusão de poder”, veio a gestão de Arthur Bernardes (1922-1926) e o *all-in* na Liga das Nações: ou o Brasil obteria o assento permanente no Conselho da Liga ou sairia da entidade. A manobra das potências europeias para a adesão alemã com automática adesão ao Conselho irritou o presidente brasileiro, que ordenou que seu representante na Liga das Nações, Afrânio de Melo Franco, anunciasse a retirada do Brasil da entidade²⁵. O diplomata, contrariado, seguiu a instrução de seu governo.

Antes da retirada do Brasil, Melo Franco havia sido ativo na tentativa de convencer o Rio de Janeiro a receber uma comissão da Liga das Nações, entre 1924-1925, a pedido de Fridtjof Nansen, Alto-Comissário da Liga das Nações para os refugiados. Nansen desejava realocar no país imigrantes armênios e russos feitos apátridas após o genocídio sofrido pelos primeiros no Império Otomano e a Revolução de Outubro de 1917. O Ministério das Relações Exteriores do Brasil ignorou os pedidos da Liga para que o país recebesse uma comissão a fim de negociar esse projeto, desagradando seu representante em Genebra²⁶.

O Brasil – e de maneira mais ampla, todos os países americanos – sempre figurava nos fóruns internacionais como um provável destino de refugiados e apátridas. Em alguma medida, essa imagem era alimentada pelas próprias elites políticas brasileiras. De acordo com a Folha de São Paulo de 22 de abril de 1966, o político e jurista Rui Barbosa teria dito a um grupo de armênios em 1920: “Se o que procuram é uma pátria, um céu a abrir vocês e seus entes queridos vão para o Brasil, terra generosa, que a tantos já acolheu e os acolherá de braços abertos”²⁷. Entretanto, a prática era bem diferente da retórica.

²⁴ Cf. LOUREIRO, Heitor. *Pragmatismo e Humanitarismo: a política externa brasileira e a causa armênia (1912-1922)*. Franca: Tese de Doutorado em História, FCHS, Unesp, 2016.

²⁵ Cf. GARCIA, Eugênio Vargas. *O Brasil e a Liga das Nações (1919-1926): vencer ou não perder*. Porto Alegre/Brasília: UFRGS/FUNAG, 2000.

²⁶ *Afrânio de Melo Franco a José Félix Alves Pacheco*. Ofício n. 18, de 6 de outubro de 1924. Fundo AMF, 74,3,4, n. 78. (Seção de Manuscritos/Biblioteca Nacional).

²⁷ *Folha de São Paulo*. São Paulo: quarta-feira, 20 de abril de 1966, 1º caderno, p. 9.

3. A QUESTÃO DOS ASSÍRIOS

As ideias eugênicas e a influência do darwinismo social alimentavam os debates sobre a necessidade ou não de incentivar a chegada de mão de obra estrangeira no Brasil e de que locais esses deveriam vir. No caso das populações oriundas do que fora o Império Otomano, um agente consular brasileiro no início de 1930 dissertou:

[...] não são de modo algum turcos ou árabes, mas uma mescla heterogênea de toda as classes que vagabundam nos portos orientais. Judeus, armênios, muçulmanos e cristãos de Trípoli, metualis, e na maior parte gente de raça e origem indecisa. Tais pseudo-turcos, verdadeiro lixo mediterrâneo, emigram, muito, pelo contrário, para a infelicidade dos países que os hospedam e que se reduzem hoje quase todos os países civilizados do mundo. Estes são, com efeito, um elemento pernicioso, não por considerações de raça ou motivos étnicos, mas porque não são um elemento produtor, não são nem agricultores nem operários, mas apenas se entregam a ocupações puramente parasitárias, vivendo da substancia da riqueza da nação, do produto de trabalho ou outrem. Além disso, sem outro ideal senão o dinheiro, hipócritas, insinuantes, costumeiros da fraude e da mentira, desmoralizam o comércio e pervertem a mentalidade social do ambiente em que penetram²⁸. (grifo do autor)

Em outubro de 1930, as oligarquias de Minas Gerais e Rio Grande do Sul lideraram um movimento para depor o presidente da república ligado às oligarquias de São Paulo, Washington Luís. A vitória dos “revolucionários” conduziu Getúlio Vargas à presidência provisória do Brasil naquele ano, efetivado no cargo por eleições indiretas em 1934 e feito ditador por um autogolpe em 1937, iniciando o Estado Novo. A “Era Vargas” deu ensejo ao recrudescimento de um nacionalismo brasileiro e de posições xenófobas ante a povos e religiões vistos como ameaçadores. Nesse contexto, surge a consulta da Liga das Nações sobre a possibilidade que o Brasil recebesse um contingente de imigrantes oriundos do Oriente Próximo. Contudo, dessa vez não eram judeus, árabes ou armênios, que apesar de também contarem com a desconfiança das autoridades brasileiras e das elites, já estavam fixados no país há no mínimo duas décadas, ganhando cada vez mais espaço na sociedade receptora. Agora, eram os misteriosos assírios que preocupavam autoridades e intelectuais brasileiros, que afora dar nome a um luxuoso restaurante no subsolo do Teatro Municipal do Rio de Janeiro

²⁸ *Consulado do Brasil em Constantinopla ao Ministério de Relações Exteriores*. Alexandria, 14 de abril de 1930, 244/3/15 (Arquivo Histórico do Itamaraty).

– o exótico *Salão Assyrio*, ornado com elementos das civilizações dos rios Tigres e Eufrates – eram completamente desconhecidos do povo brasileiro.

Em abril de 1917, Etienne Brasil, que viria a ser representante diplomático da República Armênia no Brasil entre 1919-1920, foi aos jornais denunciar “indivíduos maltrapilhos, metidos em batinas sebatas e carregando no queixo repelentíssimas barbas” que esmolavam pelas ruas de algumas cidades do país alegando serem padres armênios em necessidade²⁹. Temendo o dano que os alegados religiosos poderiam causar à imagem dos armênios no Brasil, o articulista afirma que nunca havia sido enviado nenhum clérigo armênio para o país, e que ele mesmo havia interrogado um desses homens na delegacia, que teria confirmado não saber o idioma armênio e que seria, na verdade, caldeu. Apesar da aparente frivolidade do caso, a aparição de supostos padres armênios mendicantes se deu em vários momentos dos anos 1910-20 e em diversos países, tirando vantagem da imagem de povo necessitado dos armênios ao redor do mundo. Em setembro de 1920, novamente é noticiada – dessa vez por um jornal de São Luís do Maranhão – a ocorrência de supostos padres armênios esmolando pelas ruas de algumas cidades do Brasil. Identificados pela polícia do Rio de Janeiro como Elias Manoel e Zacharias Manoel, os alegados sacerdotes armênios solicitavam dinheiro para um orfanato na “cidade de Ornia da Mata (Chaldéa)”. Etienne Brasil emitiu alerta para as autoridades, negando que os indivíduos sejam de origem armênia e pedindo à polícia que “empregueis os meios de repressão, previstos no Código Penal, contra semelhantes chantagistas”³⁰. Há relatos da ocorrência de falsos padres armênios em outros pontos da América Latina, como Chile e México.

As poucas informações que os brasileiros recebiam sobre os assírios – ou caldeus, como eram mais conhecidos – eram negativas, associando-os com falsários que se passavam por armênios, cujo sofrimento durante o genocídio era conhecido no Brasil. Assim, não é de se espantar que houvesse uma reação adversa a qualquer tentativa de assentamento de assírios no país, quando do aumento do sentimento nacionalista pós-Revolução de 1930 e da intensificação dos debates acerca da natureza e da necessidade da imigração para o Brasil.

²⁹ *A Rua*. Rio de Janeiro: 7 de abril de 1917, p. 2 (HDB/BN).

³⁰ *O Jornal*. São Luís: 11 de setembro de 1920, p. 1 (HDB/BN).

Com a Revolução de 1930 e a chegada de Getúlio Vargas ao poder, o ex-representante diplomático brasileiro na Liga das Nações, Afrânio de Melo Franco, foi nomeado Ministro das Relações Exteriores, cargo que ocuparia até 1934. Nesse ínterim, Melo Franco, que havia se irritado com a inação brasileira ante à consulta da Liga sobre o assentamento de imigrantes armênios e russos entre 1924 e 1925, ouviu atentamente o pedido feito pela agora Oficina Internacional Nansen para los Refugiados e pela Liga das Nações em 1932 para que o Brasil recebesse cerca de 20 mil assírios oriundos do Iraque. Os assírios cristãos, após a independência do Iraque em 1923, não foram reconhecidos como cidadãos do novo país por conta da formação de dois batalhões assírios que lutaram junto ao Império Britânico na tentativa de conter os nacionalistas iraquianos e a secessão³¹.

Assim, em outubro de 1932, uma empresa britânica chamada *Paraná Plantations Ltd.*, fundada pelo nobre britânico Simon Fraser em 1924 a fim de ocupar as terras do norte e noroeste do estado do Paraná, encarregou-se de apresentar ao governo brasileiro um plano para receber nessa vasta área pouco povoada do país os assírios iraquianos. A princípio, a ideia foi cogitada pelo governo brasileiro, afinal de contas os assírios eram cristãos e viriam em seus núcleos familiares e respaldados por uma empresa britânica, encaixando-se assim nos quadros que o Brasil entendia como sendo dos “imigrantes desejáveis”. Afinal de contas, eram “de raça ariana, sem quaisquer características semitas ou árabes”³². Os ministros do Trabalho e das Relações Exteriores – que a partir de julho de 1934 seria ocupado por José Carlos de Macedo Soares – se posicionaram favoráveis ao plano, desde que:

1)O Brasil não teria nenhuma responsabilidade financeira; 2) eles deveriam ser todos agricultores; 3) os assírios deveriam vir em grupos de quinhentas famílias, e cada grupo deveria estar assentado antes da chegada do próximo; e 4) a Liga das Nações e a *Paraná Plantations* assumiriam a responsabilidade da repatriação, caso a colônia não tivesse êxito³³.

As condições foram aceitas por todas as partes, inclusive pelo governo iraquiano que estaria disposto a fazer um aporte financeiro a fim de se livrar do contingente populacional indesejado, e as boas notícias chegaram logo à imprensa britânica e, mais tarde, à brasileira. A partir daí, a reação dos círculos intelectuais brasileiros nacionalistas e anti-imigração reagiram fortemente a fim de vetar a execução do plano. A imprensa brasileira foi inundada por artigos

³¹ Lesser, 2001, p. 118.

³² Arthur Thomas, representante da *Paraná Plantations Ltd.* (apud: Lesser, 2001, p. 118).

³³ Lesser, 2001, p. 119.

e colunas assinados por diferentes personalidades, desde militares até membros da burocracia, denunciando o risco que os “nômades e maometanos” assírios representariam ao país³⁴. A edição do dia 28 de março de 1934 do jornal *Correio da Manhã* trazia a manchete “um grave perigo a remover: só se pode ter paz com um assírio depois que ele morrer”³⁵ e muitos outros órgãos de circulação na capital brasileira, Rio de Janeiro, denunciavam o plano “revelador da ignorância básica do governo sobre os verdadeiros imperativos econômicos, raciais e morais necessários para um Brasil homogêneo”³⁶. No congresso brasileiro, os deputados Acúrcio Torres, Antônio Xavier de Oliveira e Artur Neiva criticavam o projeto que iria “comprometer a formação racial do Brasil”³⁷ e atacavam o governo do estado do Paraná que ainda não havia se oposto ao plano.

No estado que receberia o contingente de imigrantes assírios, o debate se acalorava na sociedade a partir de 1934. De acordo com estudo feito pela historiadora Claudia Ferreira da Costa, no anuário de 1934 do Instituto da Ordem dos Advogados do Paraná consta uma série de discursos dos advogados membros que criticam duramente a presença dos assírios no norte do estado. Lindolfo Pessoa era um dos mais exaltados, ao afirmar que

Consentir que aportem aqui 20.000 famílias assírias, raça decadente que não conserva nem vestígios da sua civilização ancestral, raça sem iniciativas úteis, gente nômade, suja e rapace é crime que atenta contra o nosso trabalho civilizador e que virá corromper os nossos costumes, comprometer as nossas leis, quebrar o ritmo das nossas tradições, alterar profundamente os esforços de racionalização [...] gente turbulenta conforme o testemunho autorizado de notáveis brasileiros que percorreram todo o Iraque, gente aventureira que segundo a expressão dos técnicos do Ministério da Agricultura ‘virá a poluir os campos de pinheirais lendários’ entregando-se aqui aos mesmos hábitos de rapacidade e de saque em que vivem em sua terra³⁸.

Havia em curso uma Campanha contra a Imigração dos Assírios, tocada pelos membros da elite intelectual paranaense, em grande medida composta por bacharéis em Direito. Esses homens foram influenciados pelos principais pensadores do pensamento eugênico brasileiro dos anos 1920 e 1930 e se preocupavam com a formação dos “quistos” no

³⁴ Major Frederico Augusto Rondon, apud Lesser, 2001, p. 120.

³⁵ Apud Lesser, 2001, p. 120.

³⁶ Diário de Notícias, 1 de fevereiro de 1934 (apud Lesser, 2001, p. 120).

³⁷ COSTA, Claudia Ferreira da. *Eugenia e Identidade: a campanha contra a imigração assíria para o norte do Paraná em 1934*. Curitiba: Departamento de História da Universidade Federal do Paraná, 2003, p. 30.

³⁸ PESSOA, Lindolfo. *Anuário contendo os fatos de maior relevância da sua atividade no ano social de 1934, principalmente a ‘Campanha contra a imigração dos assírios’*. Curitiba: Instituto da Ordem dos Advogados do Paraná, 1936.

interior do Paraná, bolsões de imigrantes que não seriam facilmente assimilados pela sociedade brasileira, na medida em que poderiam viver isolados, preservando suas línguas e costumes.

Havia ainda um forte sentimento antibritânico, que denunciava os interesses da Grã-Bretanha na imigração dos assírios para o Paraná. Benjamim Lins apontava supostas motivações ocultas no projeto:

Sabeis que a Companhia do Norte do Paraná tem como compartes principais o Príncipe de Gales e o Lord Lovat, já célebres nestas incursões econômicas em nações fracas, esquecidas do ponto de vista da sua autonomia; que se deixando seduzir pelo derrame de alguns milhares de libras, consentem que se organizem dentro do Estado Político nacional um ou alguns Estados Econômicos estrangeiros.

Aqui, a falta de visão dos políticos do regime decaído consentiu que se formasse a mencionada Companhia, adquirindo terras maravilhosas, por preços irrisórios, com a promessa da construção de estradas e ramais férreos, dos quais só construiu aqueles que lhe dão vantagens absolutas sobre os demais produtores daquela zona feracíssima.

Como vedes, por detrás do reposteiro da Companhia está o Estado Inglês, na pessoa de um membro da casa reinante.

Mas agora, depois de rasgado o grande território paranaense, sabe-se que a Companhia vendeu ao Estado inglês toda ou a maior parte daquelas terras, pelo triplo preço da compra; e nessas terras é que vem habitar a vagabundagem pilhante e irrequieta do Iraque, cujas relações com a Inglaterra garante-lhes as desenvolturas de um exército de ocupação em terras brasileiras, protegido pela sociedade das Nações³⁹.

Cientes de tal sentimento, o embaixador britânico no Rio de Janeiro alertou o General John Herbert Browne, chefe de uma comissão especial enviada à capital brasileira pela Liga das Nações a fim de convencer a opinião pública e as autoridades locais sobre as vantagens da acolhida dos assírios. Browne reuniu-se com funcionários dos ministérios do trabalho e relações exteriores, negociando os detalhes da eventual imigração. Contudo, a reação brasileira voltou-se contra a própria Liga das Nações, aprofundando o sentimento nacional que a entidade seria títere das potências europeias, sobretudo a Grã-Bretanha. Em mais um dos virulentos ataques, os opositoristas vaticinavam “se os ingleses estão tão interessados em encontrar um refúgio para os assírios, eles poderiam ser instalados nos milhões de quilômetros quadrados que formam o Império Britânico”⁴⁰. Os advogados paranaenses faziam coro à ideia. Oscar Martins Gomes afirmou que “Não se trata, como se vê, dum caso de extrema necessidade, mas duma preferência até maldosa e talvez de objetivos ocultos, pelo nosso país, quando de outros

³⁹ Apud Costa, 2004, pp. 59-60.

⁴⁰ *A Nação*. 7 de março de 1934 apud Lesser, 2001, p. 121.

recursos dispõe a Inglaterra para solucionar a situação dos assírios”⁴¹. Diante da repercussão negativa do projeto, até mesmo os imigrantes árabes já estabelecidos reforçavam em seus periódicos os estereótipos propagados sobre os assírios, com receio que a má reputação desses pudesse ser associada, de alguma forma, aos já integrados sírios e libaneses⁴².

Assim, o Ministério das Relações Exteriores que via com bons olhos, a princípio, a imigração dos assírios iraquianos, passou a relativizar os benefícios da entrada dessas pessoas no Brasil. Conforme destaca Jeffrey Lesser, deixaram de usar a palavra “imigrantes” assírios e adotaram o termo “refugiados” oriundos do Iraque para trata-los nas circulares internas do Itamaraty: “Como os imigrantes cristãos assírios foram transformados em refugiados iraquianos (muçulmanos), eles perderam sua condição de desejáveis”⁴³. Enquanto isso, a ofensiva anti-assíria continuava na sociedade civil. A Sociedade dos Amigos de Alberto Torres que reunia diplomatas, políticos e donos de jornais, tinha espaço reservado na imprensa da capital para criticar o projeto, pressionando assim, o governo a recuar⁴⁴.

Concomitantemente, parlamentares se reuniam na condição de assembleia constituinte para escrever a Nova carta brasileira, após as elites paulistas se sublevarem contra Getúlio Vargas, buscando restringir os poderes do líder do governo revolucionário e, ao menos em tese, deveria ser provisório. No contexto da constituinte, o debate acerca da imigração estava na pauta do dia e opunha, de um lado, fazendeiros que viam nos imigrantes – especialmente japoneses, nesse período – uma oportunidade de mão de obra barata e, de outro, os nacionalistas que alegavam que “é erro supor que a imigração traz a civilização”⁴⁵. Diante da pressão dos nacionalistas e com o aumento da oposição vinda do estado do Paraná, Vargas recusou-se a receber a representação da Liga das Nações liderada pelo general Browne que estava no Brasil para tratar da questão. O presidente nomeou uma comissão especial para avaliar a situação, chefiada por Oliveira Viana, que seria o principal nome do pensamento autoritário brasileiro e um dos arquitetos da ditadura do Estado Novo a partir de 1937⁴⁶. Ao se ver acuado pelos opositoristas ao projeto, Vargas deu a entender que a Liga das Nações havia

⁴¹ Apud Costa, 2004, p. 63.

⁴² Lesser, 2001, p. 122.

⁴³ Lesser, 2001, p. 122.

⁴⁴ Lesser, 2001, p. 123.

⁴⁵ Pedro Aurélio de Góis Monteiro. In: Lesser, 2001, p. 125.

⁴⁶ Lesser, 2001, p. 125.

o enganado dizendo que seriam “um grupo de apenas 3.000 fazendeiros”⁴⁷. Em abril de 1934, a Liga desistiu do projeto, segundo Lesser, “perguntando-se se este não teria funcionado melhor se as autoridades brasileiras houvessem sido subornadas de partida”⁴⁸.

4. CONCLUSÃO

O Brasil tem sua história construída pela miscigenação. Isso não quer dizer, em hipótese alguma, que esse processo tenha sido pacífico ou muito menos tenha criado uma “democracia racial”, como tanto se defendeu durante o século XX e ainda encontra ecos nesse final da segunda década de século XXI. Afora a violência inerente à escravidão dos povos originários e africanos desde o século XVI, as dezenas de grupos que tentaram se estabelecer ao sul do Atlântico nos séculos seguintes precisaram lidar com exclusões e discriminações cotidianas, proibição do ensino nas línguas maternas, vigilância e repressão por parte das diversas denominações adotadas pelo Departamento de Ordem Política e Social (Dops), criada em um contexto de repressão política e formação ideológica contra aqueles que fossem julgados prejudiciais para a manutenção da ordem vigente, como os “estrangeiros”⁴⁹.

Mesmo assim, a necessidade de atrair mão de obra em substituição aos africanos e descendentes escravizados até 1888 fez com que o governo brasileiro e fazendeiros se dedicassem à propaganda de um Brasil aberto e receptivo aos imigrantes, o que encorajou diversos povos da Europa e Ásia a encararem longas viagens de navio e desembarcarem nos portos do país. Mas chegar no Brasil era só o início dos desafios. Com exceção dos portugueses e de alguns grupos de espanhóis que eram bem-vindos – os anarquistas e socialistas exilados pela Guerra Civil, evidentemente, não eram – italianos, alemães, chineses, japoneses, judeus, gregos, armênios, lituanos, sírios, libaneses e muitos outros povos sofreram, em maior ou menor grau, com o crescente sentimento nacionalista e com as reflexões teóricas que emulavam a eugenia e o darwinismo social crescentes na Europa, sobretudo nos anos 1930.

Nesse sentido, o projeto de assentamento de assírios no norte do Paraná em 1934 era um projeto audacioso e com poucas chances de dar certo. De fato, se considerarmos o

⁴⁷ Lesser, 2001, p. 129.

⁴⁸ Idem.

⁴⁹ PEDROSO, Regina Célia. *Estado Autoritário e Ideologia Policial*. São Paulo: Laboratório de Estudos sobre Intolerância/Humanitas/FAPESP, 2005, pp. 112-114.

pensamento *mainstream* da intelligentsia brasileira na primeira metade do século XX, o que causaria estranheza ao historiador dos dias de hoje era o fato de tal audacioso plano ter sido aceito de bom grado pelas elites locais. Os assírios que eram conhecidos pelos altos círculos sociais do Rio de Janeiro dos anos 1930 eram aqueles dos livros de História, vinculados aos antigos povos mesopotâmicos e, muitas vezes, confundidos com egípcios e persas, em uma complexa construção cultural cujo luxuoso *Salão Assyrio*, frequentado pela elite brasileira, era o símbolo máximo. Os assírios contemporâneos foram encarados como enganadores, que se passavam por armênios em necessidade a fim de explorar a caridade do brasileiro, ou ainda como “irmãos dos muçulmanos”, por praticarem um cristianismo muito distinto daquele da Igreja Católica Apostólica Romana⁵⁰. Assim, o Brasil nunca receberia um número expressivo de assírios, afora poucas famílias que chegaram de maneira isolada e se integraram às já existentes e muito dinâmicas comunidades árabes ou armênia. Com os armênios, os assírios compartilhavam uma experiência genocida no Império Otomano a partir de 1915 e dividiam algumas vilas e cidades na província de Mardin⁵¹.

À medida em que os anos se passaram, alguns imigrantes conseguiram ascender social e economicamente no Brasil, muitas vezes ultrapassando em riqueza e influência às tradicionais famílias brasileiras que se orgulhavam de suas árvores genealógicas rastreáveis até os pioneiros da colonização do Brasil no século XVI, ornadas por título nobiliárquicos do período imperial. Assim, pouco a pouco, esses imigrantes construíram estereótipos em torno de suas etnicidades, a fim de valorizá-los na construção do Brasil, como o japonês particularmente hábil em profissões ligadas às ciências exatas e tecnologia; o árabe, exímio negociante; o armênio sapateiro que ascendeu de pequenas lojas para os *shopping centers*⁵² etc. Esses discursos excluem, obviamente, aqueles imigrantes que “ficaram pelo caminho”, que não lograram enriquecer e participar ativamente da vida política, social e econômica do Brasil, criando distorções e falsas premissas como as que afirmam ingenuamente no cotidiano brasileiro que “não existe judeu, japonês ou árabe pobre no Brasil”. A narrativa gloriosa dos

⁵⁰ Lesser, 2001, p. 128.

⁵¹ Para o genocídio dos assírios otomanos, cf. KHOSOREVA, Anahit. "The Assyrian Genocide in the Ottoman Empire and Adjacent Territories" in HOVANNISIAN, Richard. *The Armenian Genocide: Cultural and Ethical Legacies*. New Brunswick, NJ: Transaction Publishers, 2007.

⁵² Cf. GRÜN, Roberto (2002). “Dinheiro no bolso, carrão e loja no shopping: estratégias educacionais e estratégias de reprodução social em famílias de imigrantes armênios”. In: ALMEIDA, Ana Maria F. & NOGUEIRA, Maria Alice [org.]. *A Escolarização das Elites: um panorama internacional da pesquisa*. Petrópolis: Vozes,

povos imigrantes no Brasil oculta, portanto, os que não chegaram ou os que não ficaram, milhares de povos cujas presenças foram vetadas por leis e decretos baseados em ciências racistas, xenófobas e preconceituosas. A (não)história dos assírios do Brasil é, enfim, uma história do racismo no Brasil.